



Boletim de Legislação



EJEF - *escola que forma e informa*

Nº 284 – Setembro/2013

Período de: 14/09/2013 a 20/09/2013

Com o objetivo de fornecer aos magistrados e servidores em geral as informações de que necessitam para o desempenho de suas atividades e de criar subsídios para que se mantenham atualizados, a EJEF disponibiliza, semanalmente, este Boletim.

Seu conteúdo é uma seleção da legislação e de atos normativos do TJMG, inclusive da Corregedoria, publicados nos Diários Oficiais (DOU, DJU, DJe, MINAS GERAIS e DOM), tendo em vista a competência do Tribunal e a relevância da matéria para as funções jurisdicionais e administrativas.

ATOS NORMATIVOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 507	DJE/STJ; 16/09/2013	Implementa o fórum virtual permanente para a discussão de questões procedimentais relativas aos recursos repetitivos e dá outras providências.	Port. 507 (Site do STJ)

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO Nº 46.311	Minas Gerais; 17/09/2013	Regulamenta o Sistema de Registro de Preços disciplinado no art. 15 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências.	Dec. 46.311 (Site da ALMG)
DECRETO Nº 46.314	Minas Gerais; 20/09/2013	Altera o Decreto nº 44.747, de 3 de março de 2008, que estabelece o Regulamento do Processo e dos Procedimentos Tributários Administrativos, e dá outras providências.	Dec. 46.314 (Site da ALMG)

LEGISLAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO Nº	DOM;	Dispõe sobre a criação da Unidade de	Dec. 15.331

15.331	17/09/2013	Execução do Programa de Recuperação Ambiental de Belo Horizonte – etapa suplementar à primeira fase, e dá outras providências.	(Site da PBH)
--------	------------	--	---------------

ATOS NORMATIVOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 2.919	DJE; 16/09/2013	Designa comissão para promover o inventário físico e financeiro dos valores em tesouraria e o levantamento das dívidas constantes dos grupos Passivo Circulante e Passivo Exigível a Longo Prazo do exercício de 2013.	Port. 2.919 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 2.920	DJE; 18/09/2013	Altera a redação do Art. 2º da Portaria nº 2.902, de 2013, e fixa novo prazo de vigência.	Port. 2.920 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 2.921	DJE; 18/09/2013	Constitui comissão de servidores para promover o inventário físico e financeiro dos bens pertencentes aos acervos das bibliotecas do TJMG - exercício financeiro de 2013.	Port. 2.921 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 307	DJE; 18/09/2013	Institui o Comitê Permanente dos juízos de varas de execuções penais da Região Metropolitana de Belo Horizonte e dá outras providências.	Port. Conj. 307 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 308	DJE; 19/09/2013	Designa gestores para o projeto Justiça Restaurativa e dá outras providências.	Port. Conj. 308 (Site do TJMG)

ATOS NORMATIVOS DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
AVISO Nº 45	DJE; 20/09/2013	Avisa que se encontra disponível na página da INTERNET do Tribunal de Justiça, a partir da publicação deste, o arquivo próprio do SISCOM - Sistema de Informatização dos Serviços das Comarcas - contendo informações sobre o padrão de desempenho, produtividade e presteza no exercício jurisdicional, relativo ao período de SETEMBRO DE 2012 A AGOSTO DE 2013.	
PORTARIA Nº 2.863	DJE; 16/09/2013	Determina a realização de Correição Extraordinária Parcial na Comarca de Rio Preto, com a finalidade de fiscalizar os trabalhos afetos aos serviços notariais e de registro, para verificação de sua	

		regularidade e conhecer de denúncias, reclamações ou sugestões apresentadas.	<p>Diário do Judiciário Eletrônico, disponível no site http://dje.tjmg.jus.br</p> <p>ou</p> <p>Base de atos normativos da Corregedoria Geral de Justiça, disponível no portal http://www.tjmg.jus.br/portal/legislacao/atos-normativos/menu-em-abas/corregedoria.htm</p>
PORTARIA Nº 2.868	DJE; 17/09/2013 e 19/09/2013 (Retificação)	Disciplina a suspensão dos prazos processuais relativos aos feitos que tramitam na 5ª Vara Criminal da Comarca de Belo Horizonte.	
PORTARIA Nº 2.869	DJE; 19/09/2013	Designa o Dr. Marcelo Picanço de Andrade Von Held, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível, para exercer as funções de Diretor do Foro da Comarca de Muriaé.	
PORTARIA Nº 2.870	DJE; 20/09/2013	Reconduz a Drª Flávia de Vasconcelos Araújo Silva, Juíza de Direito titular da 1ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude, no exercício das funções de Diretora do Foro da Comarca de São João Nepomuceno.	
PORTARIA Nº 2.872	DJE; 19/09/2013	Determina a realização de Correição Extraordinária Parcial nos serviços judiciais da Vara Cível da Comarca de Nova Serrana, com a finalidade de fiscalizar os serviços do foro judicial, para verificação de sua regularidade e conhecer de denúncias, reclamações ou sugestões apresentadas.	
PORTARIA Nº 2.873	DJE; 20/09/2013	Reconduz o Dr. Mário Paulo de Moura Campos Montoro, Juiz de Direito titular da 2ª Vara Cível, no exercício das funções de Diretor do Foro da Comarca de Lavras.	
PORTARIA Nº 2.874	DJE; 20/09/2013	Determina a realização de Inspeção Técnica nos serviços judiciais das Varas de Família da Comarca de Juiz de Fora, com a finalidade de fiscalizar os serviços do foro judicial, para verificação de sua regularidade e conhecer de denúncias, reclamações ou sugestões apresentadas.	
PORTARIA CONJUNTA Nº 8	DJE; 17/09/2013	Revoga a Portaria nº 2.720/CGJ/2013 e institui a Secretaria de Apoio Jurisdicional da Comarca de Belo Horizonte - SEAJUR.	
RECOMENDAÇÃO Nº 15	DJE; 18/09/2013	Recomenda aos Juizes de Direito do Estado de Minas Gerais que todos os depósitos judiciais, excetuados os previstos no art. 1º da Lei federal nº 9.703, de 17 de novembro de 1998, deverão ser realizados em agências do Banco do Brasil S.A., inclusive aqueles efetivados pelo sistema BACENJUD.	
RECOMENDAÇÃO Nº 16	DJE; 20/09/2013	Recomenda a todos os tabeliães de notas e oficiais do registro civil com	

		atribuições notariais do Estado de Minas Gerais, quando procurados para lavratura de escritura de divórcio ou separação, alertar os interessados da impossibilidade de uso da via administrativa prevista no art. 1124-A do Código de Processo Civil se estiver grávida a mulher, bem como para que se abstenham de lavrar referidas escrituras se for declarado ou restar evidenciado o estado gravídico, indicando a via judicial, sem, contudo, ser permitido investigar ou diligenciar para esclarecimento de tal estado.	
--	--	---	--

Edição e publicação: COBIB – Coordenação de Documentação e Biblioteca

Sugestões ou críticas: E-mail: cobib@tjmg.jus.br